

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
 bmangieri@jj.com.br

PREFEITURA ALTERA ESTRUTURA DA GESTÃO

Está na pauta da sessão ordinária da Câmara de Jundiaí de quarta (21) o PL 12.719, de autoria do prefeito, que altera a lei de reestrutura da administração pública. A proposta inclui no Índice dos cargos de comissão o gestor-adjunto de Manutenção e Serviços Públicos e modifica o quantitativo do Assessor de Políticas Governamentais, bem como o requisito para provimento do cargo de Corregedor-Geral da Guarda Municipal.

O ÓBVIO É, AS VEZES, NECESSÁRIO

O PL 12.675, dos vereadores Romildo Antônio (PR) e Paulo Sérgio (PPS), exige que os carrinhos de supermercados e cestas de compras dos estabelecimentos congêneres sejam propriamente higienizados. Na justificativa, os vereadores lembram que a falta de limpeza pode acarretar em inúmeras consequências para a saúde dos consumidores.

PORTA GIRATÓRIA NÃO SERÁ OBRIGATÓRIA

O presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), e seu 1º secretário, Paulo Sérgio (PPS), querem alterar o Código de Obras e Edificações para dispensar a exigência de portas giratórias em instituições financeiras e correspondentes bancários que já possuem um sistema de segurança implantado. Para os parlamentares, as pessoas não precisam mais passar por 'situações humilhantes' diante da evolução tecnológica na segurança.

Câmara de Jundiaí vai votar plano de fomento à economia

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
 bmangieri@jj.com.br

A sessão ordinária da Câmara de Jundiaí acontece excepcionalmente nesta quarta-feira (21), em decorrência do feriado do Dia da Consciência Negra. Na ocasião, os vereadores vão debater e votar, entre outros projetos, uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica de Jundiaí (Peloj) que prevê o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, de autoria do vereador Cristiano Lopes (PSD).

Segundo explica o parlamentar, a proposta cria diretrizes para fomentar a livre iniciativa e o empreendedorismo, gerar emprego e renda e fortalecer e ampliar a base técnico-científica da cidade. "Atualmente, a ciência e a tecnologia norteiam o desenvolvimento econômico. Se Jundiaí não fomentar essas bases, vamos ficar para trás", afirma Cristiano.

Está prevista, entre as diretrizes direcionadas a pequenos e microempresários e produtores rurais: algumas isenções fiscais; programas para incentivo a 'startups', tratamento jurídico diferenciado; desburocratização; e a



Projeto incorporou sugestões dos sindicatos e associações que representam os setores do comércio, indústria e serviços

regulamentação de algumas atividades, como ambulantes e 'food trucks'.

Cristiano conta que a Peloj foi co-criada com diversas entidades representantes do co-

mércio, serviços e indústria, como a Câmara de Dirigentes Lojistas de Jundiaí (CDL), Associação Comercial e Empresarial de Jundiaí (ACE), Ciesp Jundiaí, Associação dos Engen-

heiros de Jundiaí, Sindicato dos Administradores de Jundiaí, Associação dos Bacharéis em Economia, Ciências Contábeis e Administração de Empresas (Abeca), Senai e Forcis

(Fórum Regional de Comércio, Indústria e Serviços de Jundiaí e Região). "Apresentamos um texto-base e fizemos duas audiências públicas sobre o projeto para que todos pudessem dar sugestões e melhorar a proposta", diz.

Também houve diálogo com o Poder Executivo. "Diretores e gestores participaram da construção também. A prefeitura inclusive já vem colocando em prática diversas ações no sentido de digitalizar os processos internos da gestão pública e diminuir a morosidade no setor, além do parque tecnológico, que também está previsto no plano", comenta.

ORDEM DO DIA

Também estão na pauta dos vereadores outros três vetos da prefeitura. Dois deles se referem a projetos de denominação de rua, que foram vetados por serem contrários ao interesse público. Ambas as propostas vetadas são de autoria do vereador Rogério Silva (PHS). Segundo a justificativa da prefeitura, uma das propostas repete o nome de um logradouro público e a outra dá nome a uma rua que não é rua, mas uma via de pedestre.